

Quem faz a **SOS AMAZÔNIA** hoje

Conselho Deliberativo

Ruscelino Araújo Barbosa -
Presidente

Denise Regina Garraffel - Vice-
Presidente

Josélia da Silva Alves
Júlio Eduardo Gomes Pereira
Maria do Carmo Ferreira da
Cunha

Membros Suplentes

Amine Carvalho Santana
Cleto Batista Barbosa

Conselho Fiscal

Adem Araújo
José Andrias Sarquis
Sígla de Fátima Monteiro
Abraão

Membros Suplentes

Júlia Feitoza da Silva Dias
Orlando Sabino da Costa Filho

Secretaria Executiva

Miguel Scarcello – Secretário
Geral
Kelly Gouveia – Secretária
Administrativa e Financeira
Sílvia Brilhante – Secretária
Técnica

Equipe Técnica

Executivo Ambientalista

Onofra Cleuza Rigamonte
Jesus R. Domingos de Souza

Assistente Ambientalista

Iara Guedes Bezerra
Leôncio C. de Menezes
Marifran Oliveira de Carvalho
Rodrigo Otávio Perea

Executivo de Apoio

Administrativo
Laís C. Araújo

Auxiliar Administrativo

Márcia A. da Conceição

Assistente Técnico

Administrativo
Maria José A. Damasceno

Oficial de Serviços Diversos

Carlos Crei do N. Dantas
Maria Elisane C. Correa
Maria José Queiroz
Maria Oziete C. de Souza

Estagiárias

Myully dos Santos Souza
Rafaella Alessandra P. de Moura

Voluntário

Antônio Siqueira e Silva Neto



Nossas conquistas



Neste início de século XXI, promover a conservação ambiental no Acre e na Amazônia é fundamental para a sobrevivência da humanidade.

Vocês constatarão, neste relatório de 3 anos, que a SOS AMAZÔNIA assume esse compromisso e se esforça em fazê-lo bem feito.

Atuamos no Acre, o que consideramos pouco se pretendemos contribuir para a conservação da Floresta Amazônica, mas empreendemos ações importantes, que influenciaram a região.

Implementamos a educação ambiental com foco nas escolas públicas municipais, junto aos professores e funcionários, como forma de alcançar as crianças, apostando nelas para melhorar a situação ambiental de nosso planeta no futuro. Trabalhamos com universitários e técnicos de organizações governamentais e não-governamentais, formando massa crítica para trabalhar com o tema ambiental. Encontramos muitas dificuldades no processo de implementação destas ações, mas também identificamos que são muitos os educadores com criatividade e vontade de melhorar e mudar sua realidade.

Esforçamo-nos para avançar na implementação e criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral. Deparamos com uma série de dificuldades. No entanto, estas dificuldades não ofuscaram os resultados que alcançamos, e consideramos excepcionais para a consolidação destas Unidades de Conservação.

Atuamos também nos conselhos e fóruns públicos oficiais da área ambiental, de âmbito estadual e nacional, por acreditar que é nestes espaços que temos a oportunidade para aperfeiçoar as leis ambientais e recomendar práticas mais eficientes para a gestão pública. Ainda somos poucos e pouco somos ouvidos, mas reconhecemos que estes são os espaços legítimos onde a sociedade, com muita luta, conseguiu o direito de ter voz.

Nesse período, a administração da SOS AMAZÔNIA vivenciou uma fase de dificuldades financeiras que culminou no esvaziamento de sua equipe técnica. Como lição, aprendemos que precisamos planejar mais e melhor, tanto para conservar o meio ambiente, objetivo fim de nossa instituição, como para administrá-la.

Mesmo em meio a tantas dificuldades, a SOS AMAZÔNIA através de seu compromisso, conseguiu reconhecimento por parte da sociedade, concretizado através da qualificação pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP; do recebimento do prêmio Bem Eficiente da Kanitzs Associados em 2004 e do recebimento da Ordem da Estrela do Acre.

Com este documento queremos também que nossas ações sirvam como referência e estímulo para que mais iniciativas levem as pessoas a saber que nosso planeta e nós seres humanos estaremos condenados a uma condição cada vez pior se não mudarmos nossas atitudes.

Miguel Scarcello
Secretário Geral

Um retrato



A missão da **SOS AMAZÔNIA** é

“Promover na sociedade o crescimento da consciência ambiental, a proteção dos recursos naturais renováveis e a conservação da biodiversidade, para garantir vida saudável às atuais e futuras gerações”.

A SOS AMAZÔNIA é uma Associação Ambientalista, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, sem fins lucrativos, que desenvolve atividades visando à promoção da conservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida da população.

Foi fundada em 30 de setembro de 1988, na cidade de Rio Branco - AC, a partir da união de profissionais da UFAC - Universidade Federal do Acre, funcionários públicos e de representantes de diversos movimentos sociais, que se aliaram para denunciar, conscientizar e mobilizar a sociedade frente às crescentes agressões sofridas pela Floresta Amazônica. Possui sedes em Rio Branco e um escritório em Cruzeiro do Sul, ambos no Estado do Acre.

A **SOS AMAZÔNIA** desenvolve projetos em três linhas de atuação: áreas protegidas, educação ambiental e políticas públicas. Todas desenvolvidas de forma transversal, em função de suas importâncias estratégicas.

Além da preocupação com a questão ambiental, que é a razão de ser da instituição, a **SOS AMAZÔNIA** também prioriza a gestão institucional. Como reconhecimento de sua atuação e da lisura de seus processos, foi agraciada em 2004 com o Prêmio Bem Eficiente, concedido às 50 entidades beneficentes mais bem administradas do país.

São 17 anos de atuação estabelecendo parcerias com diversas instituições governamentais e não-governamentais, do Brasil e de outros países, bem como com a sociedade civil organizada, indicativos da relevância de suas ações para o cenário mundial e da necessidade de continuidade dessas ações.

Áreas protegidas

1) Projeto Conservação do Parque Nacional da Serra do Divisor – PNSD

A SOS AMAZÔNIA, durante os anos de 2002 a 2003, através desse projeto continuou o trabalho de implementação do Parque Nacional da Serra do Divisor que vem desenvolvendo desde 1995 juntamente com seus parceiros IBAMA e The Nature Conservancy - TNC e com apoio da Agência Americana para o Desenvolvimento - USAID, Fundação W. Alton Jones e Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Dentre as atividades realizadas por esse projeto, estão:

Estudo para Regularização Fundiária do Parque Nacional da Serra do Divisor

Em 2001, a SOS AMAZÔNIA inicia com o IBAMA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA o estudo de regularização fundiária do PNSD. Em 2002 foi elaborado um banco de dados, a partir dos trabalhos desenvolvidos em campo, na área sul do Parque, com o levantamento da população tradicional residente e suas respectivas benfeitorias. Em outra fase, viabiliza os levantamentos das propriedades, benfeitorias e montagem dos processos para regularização junto ao INCRA.

No ano seguinte, foi lançado o *Levantamento de reconhecimento dos solos da Gleba Havaí, localizada no Município de Rodrigues Alves, Estado do Acre*. Agregaram-se a essa atividade os seguintes parceiros: Embrapa Acre, Governo do Estado do Acre, Universidade Federal do Acre – UFAC e Universidade Federal de Viçosa – UFV. Esse documento, juntamente com o estudo sobre o potencial econômico da vegetação existente na Gleba, concluído em 2004, (dados não publicados), também

elaborado pela Embrapa Acre, subsidiou a decisão de eleger a Gleba Havaí como uma das áreas alternativas para o reassentamento das famílias residentes no Parque, sendo a área oficialmente reservada pelo INCRA para este fim. Vale ressaltar que, ainda em 2002, alguns representantes destas famílias visitaram a Gleba Havaí e manifestaram interesse no reassentamento, desde que vários condicionantes fossem atendidos.

Em 2004, o INCRA criou uma nova modalidade de assentamento, o Projeto de Assentamento Florestal – PAF, cujo diferencial é a priorização da exploração florestal. No mesmo ano, o INCRA instituiu um grupo de trabalho formado pelo IBAMA, Secretaria Executiva de Florestas – SEF, Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – FUNTAC, Embrapa Acre, sob coordenação técnica da SOS AMAZÔNIA. Esse grupo de trabalho teve o objetivo de caracterizar a modalidade produtiva da Gleba Havaí, sendo indicada a modalidade PAF, o primeiro criado no país.

Plano de Uso Público para o Parque Nacional da Serra do Divisor

Em fevereiro de 2002 teve início, com recursos do Programa de Ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente - PROECOTUR, a elaboração do *Plano de Uso Público para o Parque Nacional da Serra do Divisor*. A SOS AMAZÔNIA colaborou para a elaboração desse documento através do levantamento dos atrativos turísticos do PNSD.

O Plano, que teve seu lançamento em 2004, apresenta, entre outras informações, um diagnóstico da situação do PNSD, aspectos e potencialidades naturais, culturais e históricos, alternativas e propostas de uso, modelos de intervenção, critérios e diretrizes para os equipamentos e infra-estrutura ecoturísticos, estimativas de custos e cronograma físico-financeiro.

Vale ressaltar que o diagnóstico dos aspectos turísticos também considerou os atrativos da área de entorno do Parque, nos 5 municípios de sua abrangência, caracterizando este documento como um plano para o desenvolvimento do ecoturismo em toda a região do Alto Vale do Juruá.



Cursos Introdução ao Ecoturismo

No ano de 2002, a SOS AMAZÔNIA, juntamente com a Secretaria Estadual de Indústria, Comércio e Turismo e o PROECOTUR, realizou 5 cursos sobre ecoturismo para condutores de barcos, mateiros, funcionários do comércio (hotéis e restaurantes) e lideranças do Vale do Juruá, capacitando um total de 144 pessoas da região. Os cursos aconteceram nos municípios de Cruzeiro do Sul e Marechal Thaumaturgo. Essa atividade teve como objetivo melhorar a utilização turística do Parque, viabilizando um turismo responsável e conservacionista.

Promoção do Parque Nacional da Serra do Divisor



Divulgar a beleza cênica e a função do PNSD para o desenvolvimento regional é fundamental para sensibilizar a sociedade sobre a importância da preservação da sua área. Em 2002, a SOS AMAZÔNIA, em parceria com o IBAMA, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Acre – SEMA e o Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, financiados pela Emenda Parlamentar do Senador Júlio Eduardo Pereira (PV – AC), criou e divulgou a identidade visual do PNSD através de *folders*, *site*, roteiro para os visitantes, vídeo, álbum de fotos, cartaz sobre a fauna, maquete do Parque e *outdoors*.

Criação e Implantação do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Divisor

Em 2002, a SOS AMAZÔNIA, em parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB, IBAMA, Prefeituras Municipais e população tradicional residente do PNSD, fomentou a criação e implantação do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Divisor – CCPNSD, oficializado através da portaria do IBAMA n° 78, de 05/07/2002, publicada no Diário Oficial da União.

A criação desse Conselho foi composta de três fases: visitas de sensibilização e envolvimento das instituições que possuem alguma ligação com o Parque e da população residente do PNSD e do entorno, realização de seminários sobre Unidades de Conservação e sua gestão e realização de oficinas para a formação de conselheiros, para que estes compreendessem seu papel.

Em 2003 e 2004, o processo de capacitação do Conselho do Parque foi consolidado, através de intercâmbios com outros conselhos e outras áreas protegidas e de oficinas sobre legislação ambiental.

O Conselho, formado por 37 membros, dos quais 15 são moradores e vizinhos do Parque, garante a gestão participativa da Unidade de Conservação, sendo o fórum legítimo para as discussões e deliberações sobre os assuntos inerentes ao funcionamento e consolidação do Parque.



Monitoramento Ambiental do Parque Nacional da Serra do Divisor

Conhecer a real distribuição geográfica das espécies amazônicas e o papel dos rios como barreiras geográficas é muito importante para montar estratégias de conservação para o Parque Nacional da Serra do Divisor. É por esse motivo que a SOS AMAZÔNIA realiza diversos trabalhos de monitoramento ambiental na região, podendo assim, conhecer um pouco mais da fauna e da flora nativas para, então, ajudar a conservá-las. No ano de 2002, seguindo a metodologia da *The Nature Conservancy (Site Conservation Plan)* foram implementados os monitoramentos de primatas, quelônios, vegetação de várzeas e floresta com palmeiras na parte sul do Parque. A população residente foi capacitada para realizar o monitoramento destas espécies, com apoio técnico da equipe da SOS AMAZÔNIA.

Este trabalho evidenciou e ampliou o conhecimento sobre a biodiversidade do Acre e do Vale do Juruá. Gerou ainda demandas externas, como a dos índios Ashaninka que em 2002, a partir dos subsídios oferecidos pela SOS AMAZÔNIA, implementaram uma criação de quelônios.



2) Projeto Conservação na fronteira da Serra do Divisor – Brasil/Peru

Dando continuidade às atividades de implementação do PNSD, no início de 2004, foi firmado novo projeto, cujo objetivo é fortalecer o processo de conservação de áreas protegidas na fronteira do Acre com Ucayally, situadas na região de abrangência da Serra do Divisor, totalizando 10 áreas, entre elas o PNSD, a Resex do Alto Juruá e 8 terras indígenas. Seus principais instrumentos são a criação e implementação de um sistema de monitoramento ambiental integrado e o aumento do contato e troca de informações entre sociedade civil e instituições governamentais e não-governamentais do Brasil e Peru.

Com apoio da Moore Foundation, o projeto, que tem duração de 3 anos, é liderado pela TNC e executado pela SOS AMAZÔNIA, Comissão Pró-Índio do Acre – CPI, *Fundacion Peruana para la Conservación de la Naturaleza – Pro Naturaleza*, *Centro de Datos para la Conservación (CDC -UNALM) de la Facultad de Ciencias Forestales de la Universidad Nacional Agraria La Molina* e *Sociedad Peruana de Derecho Ambiental - SPDA*.

Em 2004 foi realizado um *workshop* na cidade de Rio Branco para definir os alvos de conservação do monitoramento ambiental dos dois lados da fronteira, com a participação de representantes das organizações brasileiras e peruanas, parceiras do projeto. Ao fim do *workshop*, foram selecionados 8 alvos de conservação para monitoramento: primatas, ungulados, aves, quelônios, peixes, madeiras de valor econômico, palmeiras e ameaças (desmatamento, invasão, atividade madeireira, caça e pesca). Estas espécies e atividades foram selecionadas por serem indicadoras

da pressão de uso dos recursos naturais do Parque, ameaçando sua integridade.

As atividades de monitoramento foram retomadas através de excursões de especialistas ao PNSD e à RESEX que identificaram pontos de monitoramento e continuaram a capacitação dos monitores ambientais pertencentes à população tradicional residente nas 2 unidades de conservação. Até o final de 2004, 4 alvos já estavam sendo monitorados no PNSD e um na RESEX, 36 monitores envolvidos, resultando no registro de novas espécies e na elaboração de um banco de dados. Isso possibilitou também a realização de várias denúncias aos órgãos competentes, relativas à invasão do Parque por madeireiros peruanos e à presença de narcotraficantes.

Paralelamente foi realizado um levantamento dos atores políticos do Acre para a construção de um Plano Binacional para proteção ambiental transfronteiriça da região da Serra do Divisor e do Alto Juruá. Este plano terá como objetivo integrar a área de fronteira, possibilitando uma maior conservação daquela região através da definição de uma agenda conjunta das organizações da sociedade civil do Brasil e Peru para promover a proteção ambiental e das comunidades indígenas ali residentes, fortalecendo a colaboração entre Acre e Ucayally.



3) Projeto Elaboração da Peça de Defesa Técnica para a Criação da Unidade de Conservação nas Campinas e Campinaranas do Rio Ipixuna no Sudoeste da Amazônia

Executado em 2003 através de uma parceria com o WWF-Brasil, o IBAMA/ Acre e Amazonas, Governos dos Estados do Acre e Amazonas, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM e INCRA do Acre e Amazonas. Esse projeto consistiu na elaboração da Peça de Defesa Técnica para criação de um mosaico de áreas naturais protegidas na zona de fronteira dos estados do Acre e do Amazonas, nas áreas de ocorrência de campinas e campinaranas, áreas já indicadas em diversos fóruns nacionais e locais como prioritárias para conservação da biodiversidade na Floresta Amazônica.

O mosaico sugerido tem uma área total de 416 mil hectares, composto de 3 Unidades de Conservação, sendo 2 na categoria de Uso Sustentável, podendo ser Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS ou Reserva Extrativista – RESEX, com 330 mil hectares e 1 na categoria de Proteção Integral, podendo ser Parque Nacional – PARNA ou Reserva Biológica – REBIO, com 86 mil hectares.

Em 2004 os resultados e recomendações da Peça de Defesa foram apresentados para os Governos do Acre e Amazonas, bem como para o IBAMA/DF, onde se encontra para apreciação.

4) Projeto Apoio à Produção e Comercialização Neo-extrativista na Reserva Extrativista Chico Mendes

Durante os anos de 2003 e 2004, com financiamento da Embaixada do Reino dos Países Baixos, a SOS AMAZÔNIA, em parceria com a Universidade Federal do Acre – UFAC, executou esse projeto com o objetivo de viabilizar uma produção extrativista rentável, aumentar o valor agregado de produtos extrativistas como látex da seringa e de óleos vegetais de espécies florestais, fortalecer a organização comunitária e fomentar a comercialização dos objetos produzidos pela comunidade residente na Reserva Extrativista Chico Mendes.

Foram realizadas 18 oficinas para capacitação de 116 extrativistas na confecção de mantas de couro ecológico, na costura, *design*, acabamento e fabricação

de peças que utilizam este couro, no aproveitamento de seus retalhos para confecção de roupas e ainda na fabricação de sabonetes artesanais de óleos de espécies florestais nativas.

O projeto viabilizou a criação de duas marcas para os produtos da comunidade da RESEX Chico Mendes, bem como a exposição dos produtos em feiras e eventos e a elaboração de um Relatório de Avaliação Econômica dos produtos confeccionados.

A partir das atividades do projeto a comunidade se fortaleceu através do cooperativismo, aumentando sua renda, envolvendo toda a família na produção e resgatando sua identidade e práticas, como a produção extrativista da borracha.

5) Projeto Elaboração da Peça de Criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral Chandless – Gleba 9

Este projeto foi implementado em 2002/2003 através de uma cooperação entre o Governo do Estado do Acre, em particular com a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA) e a Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo (SEFE), WWF-Brasil e SOS AMAZÔNIA, como uma das atividades constantes no Plano Operativo para o estabelecimento do Sistema Estadual de Áreas Protegidas do Estado do Acre.

Os Indicativos para Criação e Consolidação de Unidades de Conservação resultado da 1ª fase do ZEE/AC e do *Workshop* Estudos da Biodiversidade no Âmbito do ZEE/AC, realizado pelo IMAC e WWF-Brasil em agosto de 2000, em Rio Branco, AC, que resultou no mapa de Áreas Indicadas para Criação de Unidades de Conservação de Uso Direto e Indireto no Estado do Acre, foram os documentos norteadores para a criação desta UC de Proteção Integral.

O projeto consistiu na elaboração da Peça de Defesa para criação do Parque Estadual do Chandless, situado nos municípios de Manuel Urbano, Santa Rosa do Purus e Sena Madureira, em função da necessidade de aumentar as áreas de proteção integral no Estado e pela sua fundamental importância para a conservação da diversidade biológica.

Os resultados e recomendações da Peça de Defesa culminaram com a criação do Parque Estadual do Chandless com uma área de 695.303 ha, através do Decreto de Criação nº 10.670, de 2 de setembro de 2004, publicado no Diário Oficial do Estado em 3 de setembro de 2004.



Educação Ambiental

1) Projeto Acre 2000 de Educação Ambiental

O Acre 2000 de Educação Ambiental teve por objetivo a inserção da temática ambiental de forma transversal e interdisciplinar no ensino escolar, foi executado em parceria com o WWF – Brasil e as Prefeituras Municipais do entorno do PNSD, área de atuação do projeto. O projeto contemplou ainda a cidade de Rio Branco, em função de seu grande contingente populacional e representatividade no Estado.

Este projeto foi constituído por dois componentes: Formação Continuada de Professores em Educação Ambiental e Gestão Ambiental Escolar, voltados para professores do Ensino Fundamental e para funcionários administrativos das escolas, respectivamente.

O primeiro componente visou formar professores para promover o ensino-aprendizagem abordando a temática ambiental de forma transversal em sala de aula, incentivando a escola a ser um centro de referência para o desenvolvimento de uma nova consciência ecológica, traduzida em práticas diferenciadas ante as questões ambientais.

O segundo componente trabalhou a sensibilização dos funcionários para as questões ambientais, incentivando a gestão da escola, considerando também o destino correto do lixo, o consumo de água e de energia, a destinação do esgoto, arborização, etc.

Esse projeto capacitou multiplicadores, professores e funcionários, que atuaram diretamente nas escolas, através de cursos e oficinas. No primeiro componente foram contemplados 4 municípios, trabalhadas 31 escolas e capacitados 137 professores, com um alcance de 3.658 alunos. No segundo componente foram contemplados 4 municípios, trabalhadas 34 escolas, formados 12 multiplicadores e capacitados 636 funcionários.

Um dos resultados que mostrou a relevância deste projeto, foi a criação do Prêmio de Melhor Gestão Ambiental Escolar, no município de Cruzeiro do Sul. Articulado pela Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação, coordenadores pedagógicos e diretores das escolas envolvidas, o Prêmio foi oferecido em 2003 e 2004 à escola e ao funcionário que mais se destacaram na gestão ambiental escolar.



2) Projeto Conectando Comunidades Florestais e Paisagens para o Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste da Amazônia Brasileira – Consórcio Amazoniar

Este projeto iniciou em 2003 e está sendo executado pelo Consórcio Amazoniar, formado por 5 ONG's: WWF-Brasil (líder do Consórcio), SOS AMAZÔNIA, Associação de Defesa Etno-Ambiental Kanindé, Centro de Trabalhadores da Amazônia - CTA e Conselho de Certificação Florestal - FSC Brasil, com apoio da Agência Americana para o Desenvolvimento - USAID.

O Consórcio Amazoniar foi formado para fortalecer e expandir ações sociais e de conservação das cinco organizações consorciadas através do planejamento coordenado e da colaboração estratégica. Sua missão é criar um sistema integrado de gestão ambiental e uso sustentável dos recursos naturais no sudoeste da Amazônia.

No âmbito do Consórcio Amazoniar, a SOS AMAZÔNIA desenvolve 3 programas: Programa de Formação Técnico-Científico, que pretende ampliar o conhecimento de técnicos e estudantes sobre as Unidades de Conservação e envolver professores e cientistas nesta temática; Programa de Fortalecimento de Conselhos, que visa promover a ocupação ordenada do Sudoeste da Amazônia através do fortalecimento e criação de Conselhos de Unidades de Conservação ou que atuam na área de gestão ambiental; e Programa de Educação Ambiental, que tem o objetivo de inserir a temática ambiental em municípios que possuem Unidades de Conservação, transformando o conhecimento acumulado daquelas Unidades em materiais paradidáticos a serem aplicados nas escolas de Ensino Fundamental.



Em 2004, a SOS AMAZÔNIA executou a 1ª edição do Estágio Amazoniar, atividade do Programa de Formação Técnico-Científico, oferecendo 15 bolsas de estágio para estudantes de 4 universidades do Acre e Rondônia atuarem nas instituições integrantes do Consórcio e em projetos de pesquisa desenvolvidos pela UFAC. Como atividade do estágio, que tem duração de 6 meses, os bolsistas participaram do Curso de Capacitação em Gestão de Unidades de Conservação, oferecido pela SOS AMAZÔNIA, e do Seminário de Avaliação no final do estágio, habilitando-se para o desenvolvimento de trabalhos relacionados ao meio ambiente, com ênfase em Unidades de Conservação Ambiental.

Através do Programa de Fortalecimento de Conselhos, foi realizado um Diagnóstico dos Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, das Unidades de Conservação Federais e Estaduais, dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas e de Desenvolvimento Rural nos Estados do Acre, Rondônia e sudoeste do Amazonas. Este diagnóstico subsidiou a seleção dos Conselhos a serem trabalhados nos próximos 3 anos do Programa. Foram selecionados 5 Conselhos e em seguida iniciou-se a fase prospectiva e diagnóstica de cada um deles, para que a estratégia de fortalecimento e criação atenda às especificidades.

No Programa de Educação Ambiental, em 2004, foi realizada uma avaliação da metodologia utilizada no Projeto Acre 2000 de Educação Ambiental, que serviu de modelo para sua implementação. Ainda em 2004 foram formados professores e capacitados funcionários nos municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul.



Políticas Públicas

Membro do Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT

O CEMACT é o órgão superior de formulação da política ambiental do Estado do Acre. Aos seus membros compete estabelecer normas e medidas necessárias ao desenvolvimento sustentável do Estado. A SOS AMAZÔNIA participa do CEMACT desde 1993, representando as entidades do movimento social, colaborando com o desenvolvimento da política

ambiental do Estado.

No período de 2002 a 2004, a SOS AMAZÔNIA pautou, no âmbito deste Conselho, a consolidação das Unidades de Conservação no Acre, a paridade entre a sociedade civil e as representações governamentais na composição do Conselho e a necessidade de controle ambiental efetivo.

Membro do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA

O Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA é o mais importante fórum de deliberação e normatização da política ambiental do país, é formado por representantes dos governos federal e estadual, do conjunto dos municípios e da sociedade civil das cinco regiões do país.

Em 2002, a SOS AMAZÔNIA foi eleita para um segundo mandato como representante das entidades ambientalistas da região Norte, mandato que teve duração até julho de 2004. Sua atuação consistiu na participação das reuniões do Conselho, Câmaras e Grupos Técnicos e na proposição de moções.

Destacamos as seguintes atividades realizadas pela SOS AMAZÔNIA no âmbito deste Conselho: moção para criação de Reserva Extrativista no Amazonas para assentar as famílias residentes no Parque Nacional do Jaú, conforme demanda da Fundação Vitória Amazônica, pautou a regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, especificamente a respeito da gestão ambiental

compartilhada das UC's, a elaboração dos Termos de Compromisso de famílias residentes em UC's com os órgãos gestores e a sobreposição de Terras Indígenas – TI's e UC's. A SOS AMAZÔNIA também denunciou as invasões de madeireiros peruanos na TI Kampa do Rio Amônia e no PNSD.

Neste período, a SOS AMAZÔNIA assumiu por 1 ano a presidência da Comissão Permanente do Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas – CNEA, comissão criada pelo CONAMA, responsável por manter um banco de dados com o registro das entidades ambientalistas não-governamentais atuantes no Brasil. O CNEA é o fórum para a eleição dos representantes das entidades no CONAMA.



Membro do Comitê do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA



O ARPA tem por finalidade expandir e consolidar a totalidade de Áreas Protegidas na Amazônia. A SOS AMAZÔNIA passou a compor o Comitê em 2004, tendo como atribuição deliberar sobre o planejamento estratégico do Programa, acompanhar e avaliar suas atividades. No primeiro ano de Programa, as atividades se concentraram na aprovação dos planos de trabalho e no aperfeiçoamento das rotinas para viabilizar a alocação dos recursos nas Unidades de Conservação.

Outros fóruns de atuação

Neste triênio, além dos fóruns já citados, a SOS AMAZÔNIA discutiu e influenciou políticas públicas através da atuação na Comissão de Implantação do Parque Estadual do Chandless, Conselho Estadual de Turismo, Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Divisor, Comissão Estadual de Educação Ambiental, Fórum MAP 5 - Coordenação da Mesa de Conservação Ambiental do Brasil, Fórum de Áreas Protegidas e Comissão Estadual de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre - Contrato BID 1399/OC-BR.



Plataforma Ambiental Mínima – Eleições 2002

Em junho de 2002, a SOS AMAZÔNIA lançou a Plataforma Ambiental Mínima – Eleições 2002: incentivando ações pela vida, que teve por finalidade levar aos candidatos daquele ano uma série de propostas centradas em prioridades ambientais que visam à preservação da natureza, à conservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida da população acreana.

O documento apresentou uma pauta de ações fundamentais direcionadas ao Poder Executivo e Legislativo. A fonte de informações para a elaboração da Plataforma foram dados institucionais, a Agenda 21, a Agenda Positiva da Amazônia/Acre e o Plano de Políticas Públicas para uma Amazônia Sustentável.

O lançamento deste documento reuniu políticos, representantes do IBAMA, INCRA e vários técnicos ligados à área ambiental. Esta iniciativa foi ainda um meio de promover a discussão entre os atores envolvidos com o tema.



Promoção e participação em eventos

Durante o triênio 2002 – 2004, a SOS AMAZÔNIA realizou e participou de diversas atividades relacionadas à questão ambiental, buscando sempre a conscientização e mobilização da sociedade. Por ser referência nessa área, foi convidada por diversas vezes a ministrar palestras para estudantes, empresários, técnicos e sociedade em geral. Dentre estas, podemos destacar a organização da Reunião sobre Comercialização de Produtos Florestais Comunitários no Acre, realizada em 2004 em parceria com a Universidade da Flórida, UFAC/Parque Zoológico e Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre - PESACRE.

A seguir, alguns eventos dos quais a SOS AMAZÔNIA participou durante estes três anos: III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Oficina de Intercâmbio da Rede de Coalizões para Conservação na América Latina, Semanas do Meio Ambiente (Rio Branco e Cruzeiro do Sul), Amazontech, Seminário Educação para o Século XXI: Universidade da Floresta do Alto Juruá, Seminário dos Jornalistas, Semana de Geografia da UFAC, Fórum Estadual da Juventude, Encontros dos Povos da Floresta, Encontro das Escolas Católicas, Conferência das Cidades, Conferência de Meio Ambiente, Audiência Pública do Projeto Agenda 21, I Encontro da Rede de Promotores de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Juruá e Encontros Anuais da USAID - 2003/2004.



Nesse triênio, a SOS AMAZÔNIA realizou diversas palestras sobre Unidades de Conservação e cursos sobre reciclagem de papel, na cidade de Rio Branco e nos demais municípios abrangidos pelos projetos da instituição. Atendeu a um público diverso como professores, estudantes, técnicos, pesquisadores e jornalistas que procuraram a organização para obterem informações sobre esses e outros temas relacionados.

A SOS AMAZÔNIA disponibilizou ainda em seu site e em sua biblioteca, informações a todos os interessados em conhecer mais sobre a instituição e o meio ambiente. O público desfrutou informações sobre os projetos desenvolvidos, fotos, notícias, livros, periódicos, folhetos e vídeos.

Gestão Institucional

Avaliação Institucional

A SOS AMAZÔNIA, através do apoio recebido da TNC, adotou, em 2002, uma nova metodologia de avaliação institucional, fundamental para o seu fortalecimento. Essa avaliação consiste na aferição e análise, de maneira coletiva e participativa, de vários indicadores: planejamento e visão estratégica, liderança, administração organizacional, recursos humanos, desenvolvimento de recursos, administração financeira, relações externas e capacidade programática.

A avaliação proporcionou uma ampla discussão e reflexão acerca do estágio organizacional da entidade,

com vistas a identificar suas necessidades de fortalecimento, desencadeando assim um processo de desenvolvimento institucional permanente. Durante os anos de 2002, 2003 e 2004, a metodologia utilizada norteou a elaboração dos Planos Anuais de Trabalho de Desenvolvimento Institucional.

Como resultado destas avaliações, foi possível verificar que, durante esse período, a SOS AMAZÔNIA apresentou boa relação com seus parceiros, administração financeira eficaz, alta capacidade programática e precisão em seu planejamento.



Plano de Desenvolvimento Institucional

A SOS AMAZÔNIA promove um constante processo de fortalecimento institucional. Durante o triênio, foram conquistados avanços significativos no sentido de estabelecer estruturas, normas e critérios para os processos administrativos internos.

Através do estabelecimento de parcerias, foi possível a elaboração de diversos documentos que nortearam a gestão da SOS AMAZÔNIA, somando-se aos já existentes Manual de Procedimentos e Código de Ética, proporcionando mais transparência e regularidade em seus processos. Documentos elaborados no período:

Plano de Comunicação, Marketing, Publicidade e Captação de Recursos

Elaborado em 2002 pelo Instituto Peabiru, através de parceria com a TNC, o Plano de Comunicação, Marketing, Publicidade e Captação de Recursos foi norteador por um diagnóstico institucional, que proporcionou a definição das estratégias de atuação. O Plano de desenvolvimento institucional proposto sugere ações em um cronograma de 3 anos.

Como forma de promover e divulgar a imagem da instituição, a SOS AMAZÔNIA produziu durante o triênio diversos produtos com a sua marca (camisetas, canetas e agendas) que foram doados para parceiros, associados, conselheiros e colaboradores, além de iniciar o registro de sua marca junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI.

A SOS AMAZÔNIA adotou ainda os seguintes canais de comunicação, internos e externos, como forma de possibilitar maior interação entre a equipe e divulgação de suas ações: boletins eletrônicos quinzenais, reuniões semanais e releases para parceiros e jornais.

Plano de Cargos e Salários

Elaborado em 2002 pela D'Accord Assessoria e Treinamento S/C Ltda, através de parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB, o documento apresenta o desenho organizacional da SOS AMAZÔNIA, contendo o organograma e a dinâmica operativa da instituição, bem como o plano de cargos e salários propriamente dito.



Plano Estratégico

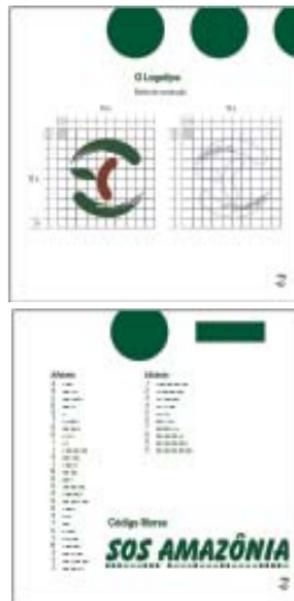
Em 2003, a SOS AMAZÔNIA elaborou e iniciou a implementação do seu Plano Estratégico. Composto pela visão política, espacial e estratégica da instituição, bem como pela sua estrutura operacional e institucional, ele possui as diretrizes que norteiam a atuação de longo prazo da organização. O Plano orientou o planejamento administrativo e técnico possibilitando maior coerência e resultado nas ações desenvolvidas.

As revisões e atualizações do Plano Estratégico foram realizadas anualmente com a participação de toda a equipe da SOS AMAZÔNIA, através da análise da conjuntura política e ambiental. Essa análise demonstrou resultados positivos, uma vez que confirmou a eficácia da estratégia de atuação da instituição.



Manual de Identidade Visual

Elaborado em 2004, o Manual de Identidade Visual contém o redesenho da logomarca institucional e as normas adequadas para sua apresentação, sendo fundamental para uma instituição que visa se consolidar e adquirir reconhecimento público.



Prêmio Bem Eficiente



O Prêmio Bem Eficiente é uma iniciativa da Kanitz & Associados que visa reconhecer publicamente as entidades sem fins lucrativos que trabalham na área social, incentivar o seu desenvolvimento institucional e divulgar seus trabalhos. O Prêmio é oferecido às 50 entidades beneficentes mais bem administradas do país.

Concorrem ao Prêmio entidades beneficentes sem fins lucrativos, existentes legalmente há mais de cinco

anos, com um alcance social significativo e que operam com custos administrativos baixos, com transparência, supervisão externa e seriedade.

O sistema de premiação é objetivo e criterioso, as entidades são analisadas em 42 aspectos diferentes, divididos nas seguintes categorias: repasse de recursos, transparência, eficiência, organização, situação financeira, cumprimento de requisitos legais e validação de terceiros.

Em 2004, a SOS AMAZÔNIA recebeu o Prêmio Bem Eficiente. Consideramos ser este um atestado da responsabilidade com que a instituição trabalha, sendo ainda um reflexo do seu constante processo de desenvolvimento institucional.

Ordem da Estrela do Acre

A SOS AMAZÔNIA recebeu, através do Decreto nº 10.690, de 03 de setembro de 2004, a Ordem da Estrela do Acre, no grau Comendador, oferecida pelo Governador do Estado do Acre e Grão-Mestre da Ordem, Jorge Viana, em comemoração ao Dia da Amazônia.

A condecoração foi conferida a 13 entidades ambientais em reconhecimento ao trabalho desenvolvido na área de manejo florestal, como forma de melhorar a vida das populações tradicionais, contribuindo para a consolidação dos ideais da Florestania defendidos pelo líder Chico Mendes.

A Ordem da Estrela do Acre é a mais elevada honraria oferecida pelo Governo a personalidades civis e militares, nacionais e estrangeiras, com serviços prestados ao Estado e ao país e reconhecidos pelo povo acreano.



Demonstrações Contábeis